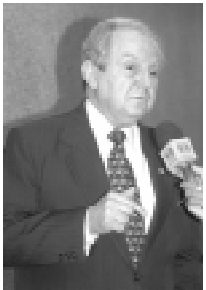


# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.352 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2001



**CCJ e CAE votam no dia 12 a nova Lei das S.A.**

Bernardo Cabral **PÁGINA 5**



**Projetos na CAE redirecionam verbas da privatização**

**PÁGINA 4**

Lúcio Alcântara



**CAS analisa exigência de teste por plano de saúde**

Juvêncio da Fonseca **PÁGINA 4**

## Congresso recebe Orçamento com mais recursos para a área social

Receitas da União devem subir 23,63% em 2002, incluindo a arrecadação da Previdência, enquanto as despesas crescerão 21,49%. O pagamento de juros da dívida, que ficará em R\$ 72,1 bilhões, continua sendo o maior gasto



### Carlos Wilson cobra retomada de 17 obras de irrigação

Senador afirma que conclusão das obras – paralisadas porque o TCU encontrou irregularidades na execução dos contratos – custaria menos do que o governo tem gasto em medidas emergenciais.

**PÁGINA 8**

Projetos poderiam garantir irrigação de 60 mil hectares e abastecimento de água para 1,5 milhão de pessoas



Martus Tavares entrega a proposta do Executivo a Efraim Morais e Edison Lobão

**A** proposta de Orçamento da União para 2002 foi entregue na sexta-feira pelo ministro Martus Tavares ao presidente interino do Congresso, Efraim Morais, acompanhado do presidente interino do Senado, Edison Lobão. A proposta do Executivo prevê crescimento de 14% nos recursos para a área social em relação ao Orçamento de 2001.

**PÁGINA 5**

### Grandes números do Orçamento 2002

	Em bilhões de reais	
Arrecadação total	308,3	
Gastos totais	280,5	
Pagamento de juros	72,1	
Servidores da ativa	38,1	
Aposentados e pensionistas	31,1	
Transferências para estados e municípios	47,2	
Benefícios da Previdência Social	83,8	
Gastos com saúde	21,0	
Arrecadação do Imposto de Renda	63,5	
Receita da CPMF	25,7	
Superávit primário (sem Juros)	36,7	
Despêndios com educação	8,2	
Fundo de Combate à Pobreza	5,0	

### Cinema e audiovisual podem ter agência

O senador Francelino Pereira anunciou sexta-feira em Plenário que o Executivo deve em breve enviar ao Congresso Nacional projeto de lei criando a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual.

**PÁGINA 6**

**Emenda das MPs é prioridade da semana**

**PÁGINA 3**

# Comissão vota indicações de embaixadores

Também estão na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional projeto que determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações agropecuárias e o que proíbe minas terrestres antipessoais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisará amanhã, a partir das 17h30, indicação do presidente da República para que o embaixador brasileiro junto à Federação da Rússia, José Viegas Filho, represente cumulativamente o país junto à República de Belarus, República do Casaquistão e República da Geórgia. O parecer do relator, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), será apreciado em reunião secreta.



Geraldo Melo dá parecer sobre a indicação de José Viegas Filho

para o cargo de embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria. O parecer do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) será igualmente discutido e votado em reunião secreta.

Constam ainda da pauta da CRE projeto de lei que determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações agropecuárias e projeto que proíbe o uso, desenvolvimento, fabricação, comercialização, importação, exportação, aquisição, estocagem, retenção ou transferência, direta ou indiretamente, de minas terrestres antipessoais.

A comissão vai também deliberar sobre a indicação de Carlos Alberto Ferreira Guimarães



## MOZARILDO CAVALCANTI RECEBE AUTORIDADES DE TAIWAN

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) recebeu na sexta-feira comitiva de autoridades de Taiwan (foto), incluindo o vice-presidente do Congresso, Yao Eng-Chi, o legislador Izac-Chow Yang e o secretário-geral da Liga Mundial para Liberdade e Democracia, dr. Yeong-Kuang Ger. Durante o encontro, Mozarildo mostrou aos visitantes as potencialidades de investimento na Amazônia, em particular no estado de Roraima.



SEGUNDA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2001

## AGENDA

14h30 - Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 19/01, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, para incluir a comprovação do cumprimento de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal na instrução de pleitos de empréstimo; PR nº 13/01, altera a redação do inciso XI do art. 13 da Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e de suas autarquias e fundações; PR nº 31/01, dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros; votação, em primeiro turno, da PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal (direito ao estrangeiro de participar da vida política do município de domicílio); votação nominal, em turno único, do PLS nº 190/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); entre outros.

Quarta-feira

9h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de medidas provisórias e de projetos de lei (crédito suplementar). Plenário da Câmara dos Deputados

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); PDL nº 42/00, aprova o texto final, após modificação àquela encaminhado pela Mensagem nº 1.259/96, da Convenção Interamericana contra a Corrupção; PLC nº 56/01, dispõe sobre a criação de cargos de procurador da Justiça, promotor de justiça e promotor de justiça adjunto no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição (incluindo o odontólogo na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PLC nº 41/01, altera a redação do art. 26, parágrafo 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394/96, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional; entre outros.

Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PLC nº 20/01, denomina "Rodovia Governador Mário Covas" a BR-101; Requerimento nº 459/01, do senador Carlos Patrocínio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 424/99, de sua autoria; entre outros.

### COMISSÕES

Terça-feira

10h - Subcomissão de Turismo

Pauta: instalação, eleição de presidente e vice-presidente. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19

10h - Subcomissão Permanente do Idoso

Pauta: reunião administrativa. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros, PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo ou gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19

11h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: entre outros, PLS nº 34/01, altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.528/78, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: entre outros, PLS nº 52/01, dispõe sobre a obrigatoriedade de uso da linguagem de sinais em todas as veiculações em televisão do governo federal. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15

14h - Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.166-67, que altera os artigos 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771/65, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393/96, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3

14h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação de relatórios. Plenário nº 2, Anexo Luís Eduardo Magalhães - Câmara dos Deputados

15h30 - Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: reunião administrativa. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

17h30 - CPI das ONGs

Pauta: depoimento dos deputados da CPI de Terras e Assuntos Indígenas da Assembleia Legislativa de Roraima (RR), Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho, e da CPI Grilagem de Terras na Amazônia, da Câmara dos Deputados, Sérgio Carvalho; e da Associação Amazônia, Christopher Julian Clark, Francisco Adamar Lima Guedes e Plínio Leite da Encarnação. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: entre outros, Mensagem nº 163/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de José Viegas Filho para cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer os cargos de embaixador do Brasil junto à República da Belarus e do Casaquistão e da Geórgia. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7

Após a ordem do dia - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 26/99, que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone, com a presença do presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9

Quarta-feira

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, PLS nº 229/00, proíbe arrematação ou propaganda de bocas-de-urna no dia da eleição; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3

14h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros, PLS nº 184/00, dispõe sobre a regulamentação da profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria os conselhos Federal e regionais; PLS nº 79/00, altera a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; PLS nº 231/00, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656/00, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde para coibir a exigência de realização de testes genéticos para a detecção de doenças; PLC nº 25/01, dispõe sobre a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde (SUS); PLC nº 4/01, dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso; apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nº 65/00, acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para determinar que os medicamentos em determinadas apresentações sejam vendidos a granel, na quantidade indicada na prescrição; e PLS nº 55/01, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656/98, dispondo sobre a inclusão na cobertura, pelos planos de saúde, das sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)  
 Presidente interino: Edison Lobão  
 2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
 1º Secretário: Carlos Wilson  
 2º Secretário: Antero Paes de Barros  
 3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
 4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
 Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
 Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
 Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
 Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
 Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
 Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
 Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
 Ed. Anexo I do Senado Federal,  
 20º andar  
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
 Secretaria Especial  
 de Editoração e  
 Publicações

# Lobão: prioridade da semana é regulamentação das MPs

Já aprovada em primeiro turno, e com votação em último turno prevista para esta quarta-feira, a proposta foi apresentada originalmente no Senado, em 1995. Se confirmada a aprovação, a PEC será enviada à promulgação

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, anunciou que a prioridade das votações da Casa esta semana será a proposta de emenda constitucional que restringe o uso das medidas provisórias e estabelece novas regras para seu exame pelo Legislativo. Na tarde de sexta-feira, o senador deveria receber da Secretaria-Geral da Mesa a relação dos demais projetos em condições de integrar a ordem do dia nas sessões de amanhã e de quarta e quinta-feiras.

— Estamos verificando os projetos que já têm parecer nas comissões para virem para Plenário e mesmo aqueles que tenham apenas um parecer. Se for o caso, poderemos designar relator para concluir o processo em Plenário, assegurando uma boa pauta; mas o destaque naturalmente ficará com a PEC que regulamenta a edição de medidas provisórias, cuja votação por si só já faria desta semana uma semana muito importante, em termos de deliberações do Senado — afirmou.



Para Lobão, só votação da PEC já faria "desta semana uma semana muito importante"

## Temas tratados vão de anuidade escolar a passe de jogadores

O número de medidas provisórias (MPs) atualmente em vigor chega a 57, abrangendo diversos temas, como anuidades escolares, programas Bolsa-Renda e Renda Mínima, segurança pública, Cédula de Crédito Bancário, auxílio-transporte, salário mínimo, planos de saúde e até a criação e instalação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Uma das medidas provisórias que estão sob análise do Congresso é a que altera o Código Florestal e trata também do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). A MP fixa em 80% o índice de reserva legal na Amazônia destinado a preservação, liberando os outros 20% para a exploração e produção agrícola.

Outra MP, esta já na sua 43ª edição, institui o plano-referência de

assistência à saúde, com cobertura médico-hospitalar, compreendendo partos e tratamentos realizados exclusivamente no Brasil, com padrão de enfermagem, centro de terapia intensiva ou similar. A medida também possibilita que a Agência Nacional de Saúde multe a operadora ou prestadora de serviço que descumprir a lei que trata sobre o assunto.

A medida provisória que altera a Lei Pelé, extinguindo o passe do jogador de futebol, também está para ser analisada pelo Congresso. Além de dissolver o vínculo empregatício do atleta no término da vigência do seu contrato de trabalho, a MP obriga as entidades de administração do esporte e as de prática desportiva a elaborar e publicar demonstrações contábeis e balanços patrimoniais ao término de cada exercício.

### Principais mudanças na edição de medidas provisórias

Como é hoje		Como fica
30 dias	Prazo de vigência	60 dias, prorrogáveis por mais 60
As MPs podem ser reeditadas várias vezes	Reedição	Proibida
Não podem tratar de matéria penal nem de assuntos que tenham sido objeto de emendas constitucionais, entre outros	Conteúdo das MPs	Além dos atuais, não poderão versar sobre orçamentos, ativos financeiros, poupança popular, seqüestro de bens, temas regulamentáveis por meio de lei complementar, entre outros
30 dias, podendo ser reeditada	Prazo para votação pelo Congresso	45 dias, sob pena de trancar a pauta de votações
As MPs são analisadas no Congresso por comissão mista de senadores e deputados	Tramitação	A tramitação sempre se iniciará pela Câmara e a votação será separada nas duas Casas

## PEC das medidas provisórias evitará sucessivas reedições

Vista pela maioria dos senadores como uma mudança histórica nas prerrogativas do Parlamento brasileiro, será votada nesta quarta-feira proposta de emenda constitucional (PEC) que restringe o poder do presidente da República de editar medidas provisórias, limitando sua validade a 60 dias.

Atualmente, elas valem por 30

dias, mas o presidente da República as reedita mensalmente, enquanto o Congresso não as vota. Na opinião de vários senadores, a aprovação da emenda mudará a rotina do Legislativo. Conforme o senador José Fogaça (PMDB-RS), em vez da freqüente falta de quórum registrada nas sessões conjuntas, "as MPs enfrentarão agora eficazes sessões

separadas na Câmara e no Senado".

Com prazo de validade ampliado de 30 para 60 dias, as MPs — de acordo com o texto já aprovado na Câmara e, em primeiro turno, no Senado — poderão ser prorrogadas apenas mais uma vez, por outros 60 dias. Não sendo votadas nesse período, perderão a eficácia, por decurso de prazo.

## Mais de 6 mil já foram assinadas

As reedições sucessivas têm caracterizado o uso das medidas provisórias. Desde a promulgação da Constituição de 1988, foram assinadas mais de 6 mil MPs, entre edições e reedições. Das 57 medidas provisórias atualmente em tramitação no Congresso, algumas já passaram por mais de 60 reedições. Uma delas, a MP nº 2.176, que dispõe sobre o cadas-

tro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, já se encontra na 79ª reedição.

A reestruturação dos bancos estaduais, que resultou na privatização de diversas instituições financeiras, foi feita por meio de uma MP reeditada 70 vezes. Durante o governo José Sarney foram editadas 147 MPs. No gover-

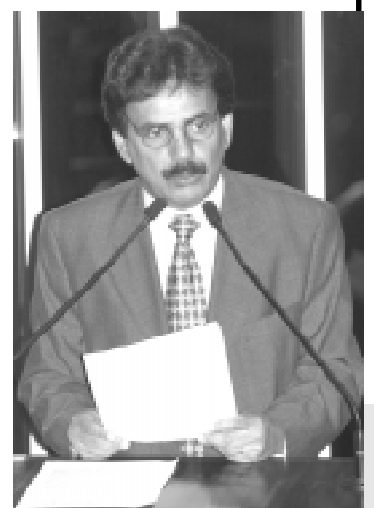
no Fernando Collor, esse número cresceu para 160 e aumentou mais ainda, para 505, no período em que Itamar Franco ocupou a Presidência. Em seu primeiro mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso editou 2.609 MPs, quatro a mais do que as 2.605 que ele tinha editado no seu segundo mandato até o dia 15 de agosto.

## Senadores votam PEC que combate trabalho escravo

Além da proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias, o Plenário também deve votar quarta-feira, em primeiro turno, emenda constitucional do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que expropria terras onde se explore trabalho escravo, destinando-as à reforma agrária e priorizando o assentamento dos colonos ali explorados, sem qualquer indenização ao dono.

Amanhã, os senadores votam a emenda constitucional que autoriza o estrangeiro residente há pelo menos oito anos no Brasil a votar nas eleições municipais e disputar mandato de vereador. De autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), se aprovado, o texto ainda será submetido a outra votação, em segundo turno.

Ainda amanhã, o Plenário delibera sobre proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) impedindo que parentes até segundo grau sejam registrados como candidatos a suplentes nas cha-



Proposta de iniciativa de Ademir Andrade expropria terras, destinando-as à reforma agrária

pas de quem disputa eleição para o Senado.

Quinta-feira, o Senado vota proposta de emenda à Constituição que faculta aos dentistas a acumulação de dois cargos nos quadros da administração pública. Hoje, a Constituição permite a acumulação remunerada de cargos públicos apenas aos médicos e professores.

# Dinheiro da privatização pode ir para área social

Além de projetos sobre destinação de recursos obtidos com venda de estatais, Comissão de Assuntos Econômicos analisa nesta semana a obrigação de as empresas distribuidoras lacrarem botijões de gás

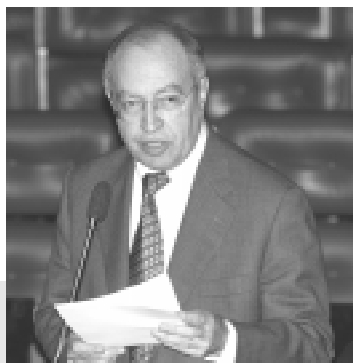
A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota nesta semana projetos de lei que destinam recursos das privatizações para a área social. O primeiro deles, apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), destina a metade do que for arrecadado com a desestatização de empresas para a conclusão de obras relacionadas com construção de açudes, barragens, irrigação e adução e também para o setor da saúde, em partes iguais. Já o projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que passou a tramitar com o anterior, destina 40% dos recursos arrecadados em moeda corrente com a privatização para programas sociais do governo federal.

As duas proposições tiveram parecer contrário do relator, senador Lúcio Coelho (PSDB-MS).

Ele argumentou, entre outras coisas, que não se deve cristalizar na lei a destinação dos recursos da privatização.

Os projetos tiveram vista coletiva concedida aos senadores da comissão em abril de 1999, recebendo dois votos em separado: um voto conjunto dos senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Lauro Campos (PDT-DF) que destina 50% dos recursos arrecadados com privatização para programas de financiamento a pequenas e médias empresas; o outro, apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), direciona a metade das receitas auferidas com a desestatização para um fundo que financiaria o programa de renda mínima.

A proposição do senador Antero Paes de Barros foi ainda alvo



Alcântara propõe que parte dos recursos das privatizações seja destinada à conclusão de obras

de emenda do senador Freitas Neto (PFL-PI), que encaminha os recursos para a saúde e a conclusão de obras de infra-estrutura hídrica e de transportes.

REFORMA AGRÁRIA

Lúcio Coelho é também relator de outro projeto de lei cons-

tante da pauta da reunião de amanhã da CAE. Ele apresentou substitutivo à proposta original da Câmara que exclui do cálculo de indenização para desapropriação para reforma agrária as benfeitorias executadas com recursos públicos. A matéria está em vista coletiva para os senadores desde 3 de abril.

A CAE deve examinar igualmente nesta semana projeto de lei da Câmara que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) a lacrar e recondicionar os botijões. A proposição foi debatida em audiência pública realizada terça-feira pela CAE e tem parecer favorável do relator, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou voto em separado contrário à apro-

vação da proposta. Se aprovada pela CAE, será ainda votada em Plenário.

A pauta da CAE traz ainda projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que equipara a compra e venda de automóveis novos a operação de venda em consignação. Com isso, o recolhimento dos tributos federais pagos pelas montadoras passaria a ser feito no momento da venda pelas concessionárias. Assim, estas adquiririam os veículos das montadoras a um custo menor, diminuindo seu giro financeiro, que, segundo o autor da proposta, "encontra-se bastante onerado pelo altíssimo custo atual de financiamento". O relator da matéria, senador Pedro Piva (PSDB-SP), apresentou parecer favorável, na forma de substitutivo ao projeto original.

## CAS examina projeto que proíbe plano de saúde de exigir testes genéticos

Projeto que proíbe os planos de saúde e de seguros a exigirem de seus clientes a realização de testes genéticos está na pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza nesta quarta-feira, às 14h. O projeto, de autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), tem parecer favorável do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), nos termos de emenda apresentada.

Na justificativa da proposta, Juvêncio da Fonseca argumenta que, embora os testes genéticos para a detecção prévia de doenças constituam-se avanço tecnológico, eles não devem tornar-se instrumento de redução de custos para entidades de seguros e assistência à saúde em detrimento de valores éticos. Além dessa matéria, a CAS vai examinar mais sete itens.

Dentre eles, está outro projeto relacionado a saúde, que obriga



Para Juvêncio da Fonseca, testes genéticos devem respeitar valores éticos

a venda de medicamentos – na forma de comprimidos, cápsulas e ampolas injetáveis – na exata quantidade necessária para atender à prescrição médica. Na justificativa da proposta, o autor, o então senador Ernandes Amorim, lembra que os remédios, por suas características, quando comprados em quantidade maior do que a necessária, são desperdiçados. O projeto, sustentou,

proporciona economia substancial aos doentes. A matéria, que será apreciada em turno suplementar, teve sua aprovação recomendada pelo relator, senador Tião Viana (PT-AC), nos termos de um substitutivo.

Também será examinado pela CAS projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que determina a cobertura, pelos planos de saúde, das sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional. O relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), é pela aprovação da matéria, com apresentação de emenda.

Estão incluídas ainda na pauta a regulamentação da profissão de cerimonialista, o projeto que dispõe sobre a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde e o que estabelece a concessão do benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso.

## Audiência discute uso médico de silicone

A Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência pública amanhã, após a ordem do dia, para discutir o projeto que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone. O

debate contará com a presença do médico Edson de Oliveira, presidente do Conselho Federal de Medicina.

O especialista vai expor a posição do conselho em relação ao

artigo 46 do Código de Ética Médica, que trata do consentimento por escrito e dos termos médicos para referência aos procedimentos estéticos, terapêuticos, reparadores e eletivos.

## Subcomissão do Idoso quer sugestões da comunidade

A Subcomissão Permanente do Idoso, instalada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), fará reunião amanhã, às 10h, para debater a criação de *site* na Internet com informações sobre leis que beneficiam os idosos e decisões das reuniões da subcomissão.

O *site* contará com um *e-mail* para receber mensagens. Os projetos de lei que beneficiam idosos também vão ser discutidos.



Leomar Quintanilha é o presidente da subcomissão

Outro assunto a ser abordado é a proposta de instalação, no gabinete do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), presidente da subcomissão, de uma linha 0800 para receber sugestões e denúncias de todo o país. Os parlamentares devem também marcar a data da audiência pública com a apresentadora Hebe Camargo e com os cantores Juca Chaves e Inezita Barroso.

## Subcomissão de Turismo escolhe presidente e vice

A Subcomissão de Turismo, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para analisar o desenvolvimento e as potencialidades do setor no Brasil, realiza amanhã sua primeira reunião, quando serão eleitos o presidente e o vice da subcomissão.

De acordo com o senador Moreira Mendes (PFL-RO), a criação da subcomissão justifica-se pelo fato de o Brasil posicionar-se como o 39º país que mais recebe visitantes em todo o mundo, o que, na opinião do senador, é um desempenho muito modesto. Mesmo assim, ressaltou o parla-

mentar, no Brasil a receita gerada pelo turismo foi de cerca de US\$ 17 bilhões, indicando um grande filão a ser explorado.

– Para que o potencial turístico do país se desenvolva é necessária uma cooperação efetiva entre as diversas esferas de governo e a iniciativa privada. Além disso, é preciso que o Congresso Nacional se engaje mais diretamente no desenvolvimento do setor – disse.

Além de Moreira, integram a subcomissão Gilvam Borges (PMDB-AP), Wellington Roberto (PMDB-PB), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Paulo Hartung (PPS-ES).

# Recursos para a área social podem subir 14%

Proposta de orçamento da União para o próximo ano é entregue aos presidentes interinos do Senado e do Congresso Nacional, Edison Lobão e Efraim Morais, pelo ministro do Planejamento, Martus Tavares

Ao lado do presidente interino do Senado, Edison Lobão, o presidente interino do Congresso Nacional, deputado Efraim Morais, recebeu na manhã de sexta-feira, das mãos do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, a proposta orçamentária da União para 2002. Em sete volumes, ela será analisada pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso e votada, segundo garantiu o deputado Efraim Morais, "até o dia 15 de dezembro, como manda a lei".



Reunidos na presidência do Senado, em companhia de diversos deputados e do senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo na Casa, Lobão e Efraim trocaram idéias sobre as atividades do Congresso e a tramitação da proposta de orçamento, enquanto aguardavam a chegada do ministro. Efraim evitou entrar no mérito da proposta enviada pelo Executivo, argumentando que os de-



Martus Tavares entregou proposta em sete volumes a Efraim Morais e Edison Lobão

putados e senadores deverão examinar detalhadamente o texto. O líder do governo no Senado des-

tacou que a proposta orçamentária para 2002 traz algumas novidades em relação ao orçamento deste ano. "Os recursos para a área social subiram 14% em relação ao orçamento de 2001, enquanto a massa salarial deverá ter um incremento de 16%, com uma despesa adicional de R\$ 10 bilhões", observou. Romero Jucá admitiu que há propostas polêmicas no projeto, mas lembrou que o Congresso é "soberano".

— Todo ano é a mesma coisa, pois o governo manda sua pro-

posta e o Congresso debate a matéria, apresenta emendas e aprova um orçamento de forma soberana, em geral com mudanças em relação ao projeto original. O importante é que, se vamos aumentar a despesa, precisamos indicar a fonte da receita e, se vamos cortar uma fonte de receita, deveremos cortar a despesa ou indicar uma fonte alternativa de receita.

Essas observações se referem a pontos polêmicos, como a intenção do governo de taxar os inativos, manter congelada a tabela do Imposto de Renda ou reajustar o salário do funcionalismo em 3,5%.

## Arrecadação prevista é de R\$ 308,3 bilhões

A proposta do Executivo para o orçamento do próximo ano, que chegou na sexta-feira ao Congresso, prevê que as receitas da União devem subir 23,63% em 2002, incluindo a arrecadação da Previdência, enquanto as despesas crescerão 21,49%. O documento estima que serão arrecadados R\$ 308,3 bilhões e gastos R\$ 280,5 bilhões e que a União deverá apresentar um superávit primário em suas contas (sem contar gastos com juros) de R\$ 36,7 bilhões.

O índice de inflação usado oficialmente pelo governo, o Índice

de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deverá ficar em 3,5%, conforme o documento. No entanto, o orçamento estima que outro índice inflacionário, o IGP-DI médio da Fundação Getúlio Vargas, ficará em 5,96%. O orçamento calcula também que a economia nacional crescerá 3,5% e que a taxa básica de juros nominais ficará no ano que vem na média de 16,5% — hoje ela está em 19% ao ano.

Pelo segundo ano consecutivo, os gastos da União com o paga-

mento de juros da dívida pública apresentarão queda, ficando em 2002 em R\$ 72,1 bilhões, contra R\$ 77 bilhões neste ano. Na proposta, o Executivo embutiu um reajuste do salário mínimo de aproximadamente 5%, que é a inflação prevista para os 12 meses anteriores a maio de 2002. Em entrevista à imprensa, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, afirmou que, se o Congresso quiser um reajuste mais elevado, terá de encontrar novas fontes permanentes de financiamento.

## Juros da dívida consomem R\$ 72,1 bilhões

A proposta de orçamento inclui um reajuste linear de 3,5% para o funcionalismo federal, que há seis anos e meio não recebe aumento generalizado. Também para os servidores, segundo o ministro, os congressistas terão de conseguir fonte permanente para bancar qualquer reajuste acima dos 3,5%.

O pagamento de juros da dívida continua sendo o maior gasto da União (R\$ 72,1 bilhões), seguido de perto pelo pagamento de salários de servidores ativos e aposentados (R\$ 69,2) bilhões. Já a maior fonte de receitas do governo federal continua sendo o Imposto de Renda pago pelas pessoas e empresas (R\$ 63,5 bilhões). A segunda maior arrecadação sai das empresas — a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de R\$ 50,4 bilhões.

O governo incluiu entre suas

receitas para 2002 a cobrança da taxa de Previdência dos inativos da União, como fez sem sucesso no orçamento de 2001. Se o Congresso não aprovar a emenda constitucional sobre o assunto, o projeto orçamentário ficará sem receita condicionada de R\$ 1,4 bilhão. Outra receita condicionada colocada no orçamento é a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 31 de dezembro de 2004, como estabelece emenda constitucional também em discussão no Congresso. Curiosidade: a CPMF, se prorrogada, já estará ocupando o terceiro lugar entre as maiores receitas federais, chegando a R\$ 25,7 bilhões ao ano.

No documento encaminhado ao Congresso, o presidente da República informa que o orçamento de 2002 (ano de eleições para presidente, governadores, deputados

e senadores) terá um crescimento de R\$ 15 bilhões na área social. Contando os salários dos funcionários das áreas sociais, estes gastos baterão em R\$ 129,54 bilhões, contra R\$ 113,4 bilhões neste ano. Um das áreas mais beneficiadas é a saúde, cujo orçamento passará de R\$ 17,9 bilhões em 2001 para R\$ 20,4 bilhões em 2002.

A área de transportes não acompanha o aumento geral de gastos da União, com os dispêndios ficando 13% maiores em relação a 2001. Eles passarão de R\$ 5,3 bilhões para R\$ 6,1 bilhões. Haverá menos dinheiro para a manutenção da malha rodoviária, comparando-se com este ano — cai de R\$ 603 milhões para R\$ 552 milhões. Os investimentos das empresas da área de transportes, quase tudo por conta do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), subirão 20,3%, passando de R\$ 1,54 bilhão para R\$ 1,84 bilhão.

## Comissão analisa pedidos de créditos

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 14h30, para discutir vários pedidos de créditos suplementares feitos nos últimos dias pelo Executivo. O maior deles, no valor de R\$ 68,8 milhões, destina-se ao

pagamento de empréstimos externos da Aeronáutica. Também será discutido um pedido de crédito de R\$ 11,8 milhões para o Banco Central comprar um novo sistema de computadores de grande porte.

## Parecer sobre Lei das S.A. deve ser examinado dia 12

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou que no próximo dia 12 encerram-se os trabalhos conjuntos realizados entre a comissão que preside, a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e a de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), de avaliação da proposta que muda a Lei das Sociedades Anônimas. Nesse dia, segundo Bernardo Cabral, as duas comissões deverão julgar o parecer final sobre a matéria emitido pelos relatores, senadores José Agripino (PFL-RN), na CCJ, e Pedro Piva (PSDB-SP), na CAE.

A comunidade jurídica e o mercado de capitais aguardam com ansiedade o final dos trabalhos do Congresso sobre o assunto, segundo Bernardo Cabral, que disse ter procurado acelerar ao máximo o ritmo dos trabalhos a fim de que o país, num momento de extrema dificuldade de captação de recursos, possa logo dispor de uma nova



Bernardo Cabral diz que procurou acelerar ao máximo os trabalhos

Lei das S.A.

Segundo José Agripino, os parlamentares têm de examinar o atual texto produzido pela Câmara dos Deputados com a maior rapidez possível, para evitar cair no alcance do dispositivo pelo qual toda modificação do mercado financeiro somente poderá ser feita por lei complementar. "Se não aprovarmos logo uma nova Lei das S.A., todo o trabalho feito pela Câmara, durante um ano e meio, voltará à estaca zero", adverte.

Pedro Piva acha que, se o país quer mesmo um mercado de capitais mais forte e se quer atrair novos investimentos, tem de mudar a legislação que rege o mercado, modernizando-a. E o momento de fazer isso, para o senador, é agora.

O objetivo básico da proposta em discussão no Senado é criar mecanismos que dêem maior proteção aos acionistas minoritários, principalmente os detentores de ações preferenciais (sem direito a voto).



## Governo quer criar agência de cinema, anuncia Francelino

Senador diz que proposta resulta dos trabalhos de grupo de estudos criado a partir dos debates travados na Subcomissão do Cinema Nacional

O governo federal deve enviar ao Congresso, em breve, projeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, anunciou na sexta-feira o senador Francelino Pereira (PFL-MG). A proposta é fruto dos trabalhos do Grupo de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic), criado pelo governo a partir dos debates travados na Subcomissão do Cinema Nacional, instalada por requeri-

mento de Francelino. Segundo o senador, o governo está empenhado na elaboração de propostas para o setor.

—De 1995 para cá, a produção de filmes de longa metragem girou em torno de 25 por ano, com um grau de excelência que vem amealhando numerosos prêmios internacionais. Ainda não é um volume suficiente para caracterizar uma produção industrial — afirmou Francelino, para justifi-

car a necessidade de uma agência que regulamente o crescimento do setor.

O senador louvou o comportamento da imprensa, que, segundo ele, tem dado importante divulgação à indústria do audiovisual nesse momento de crescimento. “Essa ampla atenção é a demonstração de que, depois do desenvolvimento da imprensa, no século 19, o cinema foi a grande mídia do século 20”, observou.



Projeto que amplia uso da linguagem de sinais é de autoria de Emilia Fernandes

## Comissão examina uso obrigatório da linguagem de sinais na TV

O uso da linguagem de sinais, utilizada por deficientes auditivos, poderá ser obrigatório para toda a programação veiculada em televisão do governo federal. Esse é o teor de projeto de lei da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a ser apreciado pela Comissão de Educação (CE) amanhã, a partir das 11h30. O proje-

to tem parecer favorável do relator, senador Nilo Teixeira (PSDB-RJ), que apresentou substitutivo.

A CE também apreciará 13 projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de rádios comunitárias nos estados de Pernambuco, Maranhão, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

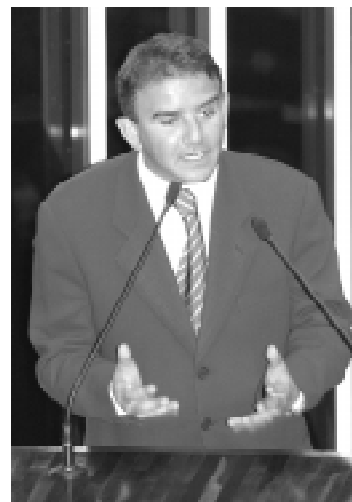
## Eduardo pede investimentos para estimular o turismo

Ao ressaltar a importância do turismo para a economia nacional, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que o poder público precisa promover uma ampla divulgação das atrações turísticas brasileiras no exterior e ampliar investimentos no setor. A biodiversidade do país, na opinião do senador, é um patrimônio turístico subaproveitado.

Eduardo afirmou que, apesar dos esforços da Embratur para atrair turistas estrangeiros, os resultados são ainda tímidos, diante da riqueza natural disponível. As belas praias, o Pantanal, a Amazônia, as chapadas Diamantina, dos Veadeiros e dos Guimarães, disse, fazem do Brasil um paraíso do turismo ecológico.

O senador ressaltou também a necessidade de investimentos públicos em infra-estrutura, hotelaria e formação de mão-de-obra especializada. Ele citou o jornalista Hélio Fraga, para quem o turismo é a “tábua de salvação” brasileira, por ser capaz de multiplicar empregos e arrecadação em poucos meses.

A administração estadual do Tocantins, informou o senador, criou pólos turísticos nas princi-



Segundo Eduardo, é necessária ampla divulgação das atrações turísticas brasileiras

pais áreas ecológicas do estado e lançou recentemente o Selo Estadual de Qualidade Turística, para estimular o aproveitamento adequado das riquezas naturais e atrair investimentos nos segmentos do turismo. Para receber o selo, explicou Eduardo, os municípios avaliados deverão atender a alguns critérios pré-estabelecidos de qualificação. O senador disse que o selo, de acordo com a secretária de Turismo do Tocantins, Nara Relá, colocará o estado na lista de recomendações da Embratur.

## Ande por dentro da Política Brasileira

Visite o Senado Federal

Você pode participar do Programa **Visite o Senado**, e ser recebido por profissionais de Relações Públicas. Eles o acompanham durante a visita pelas instalações do Senado Federal, esclarecendo e informando sobre a trajetória histórica, política e social desta Casa Legislativa.

### Horários

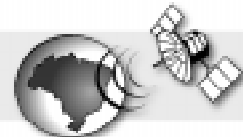
2ª e 6ª feira  
Manhã: 09h30min, 10h30min e 11h30min  
Tarde: 14h30min, 15h30min e 16h30min  
Sábado, Domingos e Feriados  
10h, 11h, 12h, 13h e 14h

De 2ª a 6ª feira não é permitido o acesso a visitantes de shorts, bermudas e camisas sem mangas.

O agendamento de grupos deve ser feito de 2ª a 6ª feira pelos telefones: (61) 311-3343 ou 311-3344.

VISITE O SENADO

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

1h — *Agenda Econômica* — A ex-ministra Dorotéia Werneck fala sobre comércio exterior  
2h — *Saúde/Unip* — Pressão Alta — Parte 2  
2h30 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
3h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
3h30 — *Entrevista* — O sen. Paulo Souto fala sobre alimentos transgênicos  
4h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
4h30 — *Saúde/Unip* — Pressão Alta — Parte 2  
5h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade  
5h30 — *Especial* — O Missionário da Floresta  
6h — *Saúde/Unip* — Pressão Alta — Parte 2  
6h30 — *Agenda Econômica* — A ex-ministra Dorotéia Werneck fala sobre comércio exterior  
7h30 — *Entrevista* — O sen. Paulo Souto fala sobre alimentos transgênicos  
8h — *Especial* — O Missionário da Floresta  
8h30 — *Saúde/Unip* — Pressão Alta — Parte 2  
9h — *CPI da ONGs* — Depoimentos de Jorge Pereira dos Santos, da Cooperindio (Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro), e Nivaldo Farias de Almeida, delegado da Polícia Federal de Manaus  
11h30 — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
12h — *Especial* — O Missionário da Floresta

12h30 — *Entrevista* — O sen. Paulo Souto fala sobre alimentos transgênicos  
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade  
13h30 — *Agenda Econômica* — A ex-ministra Dorotéia Werneck fala sobre comércio exterior  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — *Entrevista* — A professora e jornalista Dad Squarisi fala sobre a língua portuguesa  
19h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
19h30 — *Agenda Econômica* — A ex-ministra Dorotéia Werneck fala sobre comércio exterior  
20h30 — *Entrevista* — O sen. Paulo Souto fala sobre alimentos transgênicos  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música e informação  
14h15 — *Senado Notícias*  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h — *A Voz do Brasil*  
20h — Música e informação  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — *Vozes do Século XX*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Francelino propõe debate sobre discriminação racial

A realização da Conferência Mundial contra o Racismo e Outras Formas de Discriminação, em Durban, na África do Sul, representa, na avaliação do senador Francelino Pereira (PFL-MG), a oportunidade para que o Senado discuta o tema em profundidade. Ele sugeriu a realização de um dia inteiro de debates na Casa sobre o assunto.

Francelino disse que o Brasil deve abandonar o mito da democracia racial e dedicar-se a encontrar formas de diminuir o preconceito contra negros e pobres. "As desigualdades no Brasil não estão diminuindo, mas aumentando de forma dramática", lamentou o senador, citando estatísticas segundo as quais apenas 5% dos estudantes universitários brasileiros são negros. "Na Bahia,



Francelino Pereira sugeriu que o Senado dedique um dia inteiro à discussão do assunto

estado que tem 80% de sua população formada por negros, apenas 8% das vagas no ensino superior são ocupadas por negros", completou.

O senador disse que é emblemático o fato de a conferência realizar-se na África do Sul, país que durante décadas adotou uma política oficial de segregação racial. Francelino elogiou os esforços do governo federal no sentido de incentivar o debate sobre o assunto e disse que o ministro da Justiça, José Gregori, presente ao encontro, levou cerca de 250 documentos que mostram a dura realidade da discriminação. "Esse debate precisa ser feito e se deve aplaudir a iniciativa de abrir o debate sobre a questão racial. O silêncio não pode perdurar na sociedade e no Congresso Nacional", disse Francelino.

## Moreira: país deve encontrar caminho para o crescimento

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que, em 17 anos de democracia, o país ainda não conseguiu produzir uma sequência de "anos felizes" em matéria de crescimento econômico. Ele destacou o desenvolvimento obtido durante o regime militar, que, ao longo de duas décadas, conduziu o país "por um notável impulso produtivo, com aspectos modernizadores irreversíveis". Apesar de fazer críticas ao período autoritário — que, a seu ver, não investiu o suficiente nas áreas sociais, não conteve o êxodo rural e impediu o amadurecimento da democracia —, o senador destacou crescimento econômico vivido entre 1964 e 1984.

— Parece que perdemos o dom e a inspiração para o crescimento e o desenvolvimento. Empreender e crescer são condições indispensáveis. Sem isso, outras metas irão por água abaixo — disse Moreira Mendes, ao enaltecer três aspectos positivos dos governos democráticos, com destaque para o atual: controle da inflação, maior atenção às questões sociais e melhora da educação.

Moreira Mendes registrou



Moreira Mendes destacou desenvolvimento obtido durante o regime militar

que, no período dos governos militares, o país desenvolveu a indústria pesada e abriu caminho para a implantação de uma infra-estrutura moderna.

Tem sido a democracia prejudicada pelo desequilíbrio demográfico e inchaço metropolitano, com as decorrentes pressões por investimentos sociais, superando a capacidade produtiva da porção mais operosa da sociedade? Será que perdemos a inspiração de saber estimular o empreendedor, o criador de oportunidades e riquezas? — indagou Moreira Mendes, pedindo reflexão sobre o tema.

## Infra-Estrutura examina cota gratuita de água

Comissão também vota amanhã requerimento convocando audiência sobre prevenção de acidentes e segurança operacional da Petrobras

Em reunião amanhã, a partir das 11h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) apreciará projeto de lei que estabelece cota mensal mínima gratuita para famílias de baixa renda. A proposta é de autoria de Paulo Hartung (PPS-ES) e já conta com parecer favorável da senadora Maria do Carmo (PFL-SE), com duas emendas.

Também será votado requerimento do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que solicita o comparecimento à comissão dos presidentes da Petrobras, da Agência Nacional do Petróleo (ANP), da Associação de



Projeto de Paulo Hartung sobre fornecimento gratuito de água tem parecer favorável de Maria do Carmo Alves

Engenheiros da Petrobras e do representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP). O senador

quer que eles esclareçam a atividade de extração, produção e transporte de petróleo, especialmente a política de prevenção de acidentes e a segurança operacional da Petrobras, com ênfase no acidente ocorrido na plataforma P-36, na Bacia de Campos.

Consta ainda da pauta da CI sugestão enviada pelo Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte para que seja estudada a possibilidade de a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ou concessionárias passarem a cadastrar obrigatoriamente os usuários de serviço de telefonia celular pré-pago. O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), emitiu parecer pelo arquivamento da proposta.

## Comissão Mista de Energia vota requerimentos

A comissão especial mista destinada a estudar as causas da crise no abastecimento de energia no país e propor soluções reúne-se amanhã, às 15h30, para discutir e

votar requerimentos. Na reunião, será exibido um vídeo sobre visitas realizadas pelos integrantes da comissão nas usinas hidrelétricas de Sobradinho, Paulo Afonso e

Xingó.

O deputado Antônio Cambraia (PSDB-CE) preside a comissão, que tem o senador Paulo Souto (PFL-BA) como relator.

## Luiz Pontes apela a FHC por suspensão de corte de energia

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) dirigiu apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro Pedro Parente, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, para que sejam suspensos os cortes de energia elétrica nas residências e empresas que ultrapassarem suas metas previstas de consumo.

Ele argumentou que os consumidores estão colaborando e cumprindo a meta na medida do possível. Basta observar, disse, os percentuais globais de redução do consumo nas diferentes regiões.

— No meu estado, o Ceará, o consumo caiu 21,54% em junho e, em julho, 18,9%; ou seja, na média os cearenses pouparam 20,44% de energia elétrica, certamente um esforço considerável, tendo em vista os custos de mobilização de pessoas, riscos de acidentes e incidentes — disse.

Para Luiz Pontes, o consumi-

dor que ultrapassou a meta estabelecida deve ter tido motivos imperiosos para fazê-lo. O senador lembrou que houve dezenas de milhares de pedidos de revisão de meta, analisados por pequeno grupo de funcionários.

— Será que foi possível determinar a meta com justiça? Há motivos variados para um consumo extra de energia elétrica, como doença na família, alunos que precisam estudar à noite, pessoas que usam eletrodomésticos para trabalhar em casa — observou.

O senador comparou o corte de energia a uma espécie de castigo corporal, diferenciado apenas pelo fato de não se usarem os instrumentos de tortura fisicamente, mas "por meio de circunstâncias".

— Imaginem chegar em casa e encontrar comida estragada e a roupa indispensável para o compromisso do dia seguinte sem passar. Além de a pessoa ter o conta-



Quem ultrapassou meta de consumo deve ter tido motivos imperiosos para fazê-lo, afirmou Pontes

to interrompido com o restante do mundo, por falta de rádio e TV — ponderou.

Luiz Pontes reivindicou o reconhecimento, por parte do governo, do esforço de economia de energia que está sendo feito no Brasil inteiro, bem como o cancelamento da política de cortes, que, ressaltou, tantos prejuízos está trazendo aos lares e às empresas do país.

## Carlos Wilson cobra conclusão de 17 obras no Nordeste

Segundo o senador, projetos hoje paralisados propiciariam a irrigação de 60 mil hectares e o abastecimento de água para 1,5 milhão de pessoas

A aplicação de R\$ 696 milhões em 17 grandes obras de irrigação e abastecimento no Nordeste poderia representar a irrigação de 60 mil hectares e o abastecimento perene de água para 1,5 milhão de pessoas, afirmou em Plenário, na sexta-feira, o senador Carlos Wilson (PTB-PE). Segundo ele, as obras estão paradas porque, depois de consumirem R\$ 834 milhões, foram proibidas de receber mais recursos devido ao fato de o Tribunal de Contas da União (TCU) ter encontrado irregularidades em sua construção.

De acordo com o senador, o governo já gastou, em medidas emergenciais, muito mais do que R\$ 696 milhões. Somente entre o fim de 1998 e o início de 2000, o gasto teria sido de R\$ 3 bilhões, conforme estimativa do Ministério de Integração Nacional. O Programa de Convívio com a Seca e Inclusão Social, por exemplo, pretende aplicar na região R\$ 611 milhões. "Urge que o Parlamento



Carlos Wilson: governo já gastou em medidas emergenciais muito mais do que o necessário para concluir as obras

brasileiro tome uma medida efetiva para mudar o quadro. Brasileiros padecem de fome e de abandono. Até quando a irresponsabilidade de empresários, acobertada por agentes do governo, vai permitir que alguns tirem vantagens com o sofrimento de muitos? Poder-se-ia construir um novo Brasil com recursos perdi-

dos em obras que começaram e não acabaram", disse.

Carlos Wilson explicou que o TCU detectou naquelas obras superfaturamento de preços, aditivos de contratos com valores acima do permitido pela lei, pagamento de serviços que não foram executados, alteração aleatória de projetos e desvio de suas finalidades. Das 17 obras paralisadas, três estão em Pernambuco, estado representado por Carlos Wilson. São elas o Projeto de Irrigação de Serra Talhada, a Adutora do Oeste e o Pontal Norte/Sul de Petrolina. Esta última começou em 1983 e, com 47% dos trabalhos realizados, consumiu R\$ 93,7 milhões. As obras têm, em média, 10 anos de construção e, também em média, 60% dos trabalhos concluídos.

O senador disse esperar que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Obras Inacabadas da Câmara dos Deputados investigue a fundo as irregularidades, exija ressarcimento dos recursos desviados e coloque os responsáveis na cadeia.

## Sérgio Machado pede mais atenção à pesquisa

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) fez um apelo para que o Brasil dê mais atenção à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico, com vistas a galgar, no mundo, uma posição de maior competitividade. Atualmente, observou ele, o país ocupa o 43º lugar em termos de desenvolvimento tecnológico, num grupo de 72 países – segundo dados divulgados por organismos da ONU (Organização das Nações Unidas).

O senador elogiou os esforços que vêm sendo feitos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, primeiro pela elaboração do chamado "livro verde", reunindo amplo debate realizado so-



Sérgio Machado defende busca de maior competitividade

bre o desenvolvimento da pesquisa, e segundo por haver programado um encontro entre representantes de instituições de ensino e pesquisa de todo o país para discutir novos caminhos para os próximos dez anos. Cada região procurou, nesse encontro, formular suas reivindicações básicas no que se refere ao desenvolvimento da pesquisa e de novas tecnologias, abordando desde o fortalecimento do ensino fundamental até a redução das disparidades regionais. O Nordeste, por exemplo, queixou-se de deter apenas 15% dos pesquisadores do país, uma vez que a maioria concentra-se nas regiões Su-

deste (57%) e Sul (20%). Segundo Sérgio Machado, o governo está preparando algumas propostas para enviar ao Congresso, prevendo, principalmente, mudanças no regime de contratação dos pesquisadores e de professores universitários, de modo a torná-lo mais flexível, permitindo que os profissionais atuem conjuntamente em órgãos públicos e privados. Sobre o Ceará, especificamente, o senador disse que tirar o estado da era rural em que, em sua maior parte, se encontra, não será tarefa de curto prazo. Isso, contudo, será possível a médio e a longo prazo, acredita, principalmente se houver apoio por meio de incentivos fiscais, encomendas tecnológicas, valorização da capacidade local e execução de programas indutores do desenvolvimento científico.

## Mozarildo quer ampliar presença das Forças Armadas na Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) cobrou do governo maior controle da região amazônica pelas Forças Armadas, para combater de modo eficaz a exploração predatória dos recursos naturais, o contrabando e o tráfico de drogas. Ele também recomendou às bancadas no Senado e na Câmara



Mozarildo é favorável à "preservação inteligente" da região amazônica

que se unam em defesa da região.

– O governo brasileiro, por intermédio das Forças Armadas, não pode ser substituído pelas organizações não-governamentais, que em larga escala vêm atuando sem o devido acompanhamento por parte dos órgãos de Estado com legitimidade e poder para fiscalizar, retificar e prontamente coibir, quando for o caso, ações que ultrapassem

as competências das ONGs – alertou.

Para Mozarildo, a Amazônia continua a ser tratada com omissão por seguidos governos. Mais recentemente, observou, a questão da internacionalização da região passou a ser suscitada, preocupando os que, como ele, desejam uma

Amazônia para os brasileiros, gerida e liderada com base na "preservação inteligente", que prevê o desenvolvimento de atividades econômicas sem danos ao ecossistema.

Mozarildo pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de matéria publicada na revista *Veja*, intitulada "A floresta dá dinheiro", assinada pelo jornalista Leonardo Coutinho.

## Relatório sobre MP do Código Florestal será votado amanhã

A comissão mista encarregada de apreciar a medida provisória (MP) que modifica o Código Florestal e o Imposto sobre Propriedade Rural (ITR) reúne-se amanhã, às 14h, para discutir e votar seu relatório final. Presidida pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), a comissão deverá avaliar



Jonas Pinheiro preside a comissão que trata do Código Florestal

um dos assuntos mais polêmicos da proposta governamental: a de fixar em 80% o índice de reserva legal na Amazônia, para sua preservação, liberando os restantes 20% para exploração e produção agrícola.

Segundo a senadora Marina Silva (PT-AC), integrante da comissão, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

poderá apresentar, na reunião, uma contra-proposta de reduzir a área de reserva legal da floresta de 80% para 50% nas propriedades em que se pratica a agricultura familiar.

A senadora explicou que essa proposta está de acordo com o Programa Nacional de Apoio à Agricultura

Familiar (Pronaf) e que as propriedades com até quatro módulos fiscais, onde vivem e trabalham seus proprietários, poderão ter metade da área destinada à agricultura.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) também defende uma redução da reserva legal porque a manutenção dos 80% "inviabilizará economicamente o estado de Rondônia".

## CPI das ONGs ouve deputados

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada para apurar denúncias de atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs) ouve amanhã, às 17h30, os deputados estaduais de Roraima Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho, respectivamente, presidente e relator da CPI de Terras e Assuntos Indígenas, instalada pela

Assembleia Legislativa daquele estado. Também darão depoimentos à CPI três representantes da Associação Amazônia: Christopher Julian Clark, Francisco Adamor Lima Guedes e Plínio Leite da Encarnação.

A CPI é presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e tem como relatora a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).